RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em R$ mil)

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento ("CREDI-SHOP"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN").

Mensagem da Administração

Os principais indicadores de desempenho econômico apresentados nas Demonstrações do Resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, foram:

Principais indicadores econômicos	**30/06/2021**	**30/06/2020**	**Retração**	**Expansão**
Receitas operacionais líquidas	56.830	55.760		+ 1,9%
Receitas financeiras líquidas	5.063	6.991	- 27,6%	
Receitas totais líquidas	**61.893**	**62.751**	**- 1,4%**	
Volume financeiro das transações	990.790	841.145		+ 17,7%
Quantidades de transações	6.549	6.242		+ 4,9%
Ticket médio de compras em reais	151,29	134,75		+ 12,2%
Lucro Líquido antes das provisões e impostos	27.835	29.597	- 5,9%	

A retração nominal das receitas totais líquidas em – 1,4%, manteve uma estreita simetria com a expansão de + 4,9% nas quantidades de transações que atrelada ao aumento de + 12,2% no ticket médio de compras dos usuários de cartões resultou na expansão de + 17,7% no volume financeiro que serve de base de cálculo para geração das receitas totais líquidas, essa correlação de fatores evidenciou os pontos positivos das medidas implementadas pelo governo.

O governo agiu a tempo e implementou mecanismo de controle efetivos ao liberar os auxílios emergenciais em torno de R$ 311,1 bilhões para 68,2 milhões de pessoas em 9 parcelas mensais na média de R$ 477,00 abrangendo o período de abril a dezembro de 2020.

Para o ano de 2021 está previsto a liberação de R$ 54,9 bilhões para 39,2 milhões pessoas em 7 parcelas mensais na média de R$ 200,00 até outubro.

A partir de novembro de 2021 a parcela média mensal do auxílio está prevista em R$ 285,00, o que irá beneficiar 18,6 milhões de pessoas, será disponibilizado recursos mensais adicionais no valor de R$ 5,3 bilhões, perfazendo anualmente R$ 63,6 bilhões, esses gastos estão condicionados a aprovação da reforma tributária do imposto de renda - PL 2.337/2021 em andamento, dentre os beneficiados estão os trabalhadores informais e em condições de vulnerabilidade, isso irá propiciar auxílios adicionais para as pessoas continuarem a consumir gêneros de primeira necessidade, alimentos e remédios (renda extraordinária para subsistência).

Esses auxílios atenderam uma situação de emergência decorrente da **Covid-19**, abrangendo o período da calamidade pública de 20/03/2020 estendido até 30/10/2021 e serão substituídos a partir de novembro de 2021 pelo novo programa ampliado chamado de "Auxílio Brasil" que pretende substituir o "Bolsa Família", essas medidas além da manutenção do consumo dos gêneros de primeira necessidades das classes dos trabalhadores "invisíveis" passaram a incorporar o Orçamento Anual do governo federal, essas ações incentivaram os usuários de cartões de crédito a regularizarem os débitos vencidos e propiciou condições financeiras para o pagamento em dia das faturas a vencer.

A medição do percentual médio da inadimplência realizada no 1º semestre de 2020 foi de 2,9%, reduzido para 1,98% na medição realizada em 31/12/2020, e no 1º semestre de 2021 foi de 1,93%.

Houve uma expansão nas receitas operacionais líquidas em + 1,9% (1º sem/2021 x 1º sem/2020), porém houve uma inevitável retração de – 27,6% nas receitas financeiras líquidas no mesmo período, essa forte retração ocorreu por causa da redução da inadimplência (rendas de multas e juros moratórios) e de seguidas reduções nas taxas de juros - Taxa Selic (rendas de antecipações e aplicações financeiras), o que provocou acentuadas retrações nas receitas financeiras líquidas de R$ 6.991 no 1º sem/20 para R$ 5.063 no 1º sem/21 (Nota Explicativa nº 16 – Resultado Financeiro).

Desempenho Financeiro - Liquidez

O índice de liquidez corrente (AC/PC) aumentou em 30/06/2021, passou para 1,67 (em 30/06/20 era 1,53) e 31/12/2020 era 1,56, conforme quadro a seguir.

Índice de liquidez corrente	***30/06/2021***	***30/06/2020***	**31/12/2020**
Ativo circulante	*588.678*	*491.939*	629.596
Passivo circulante	*352.681*	*320.855*	404.345
Índice de liquidez corrente	*1,67*	*1,53*	*1,56*

O capital circulante próprio (patrimônio líquido – ativo não circulante) aplicados no giro do negócio em 30/06/2021 era de R$ 222.637, sendo R$ 156.825 mantidos como caixa ou equivalentes de caixa, dos quais: R$ 526 estavam disponíveis no caixa, R$ 7.174 em conta corrente bancária, R$ 149.125 aplicados em títulos e valores mobiliários, resgatáveis até 90 dias no valor de R$ 100.739 dos quais R$ 23.460 encontravam-se garantidos nos mesmos prazos firmados nos contratos de contas garantidas e R$ 14.160 vinculados a outras operações, e o restante dos recursos no valor de R$ 73.512 estavam aplicados nas antecipações e no giro de negócio, conforme quadro abaixo:

Capital circulante próprio = Capital de giro próprio	**30/06/2021**	**30/06/2020**	**31/12/2020**
Patrimônio líquido	238.358	173.178	226.984
(-) Ativo não circulante	(15.721)	(15.454)	(15.093)
Capital de giro próprio aplicado em:	222.637	157.724	211.891
Caixa e equivalentes de caixa - liquidez imediata	(111.505)	(133.665)	(155.437)
Caixa e equivalentes de caixa – em garantia	(37.620)	(21.476)	(12.113)
Antecipações e giro do negócio	73.512	2.583	44.341

Desempenho da Lucratividade:

Lucratividade	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Receitas totais líquidas	**61.893**	**62.751**	**115.655**
(-) Custos dos serviços prestados	(27.810)	(27.061)	(52.728)
Margem de contribuição para cobrir as despesas fixas	**34.083**	**35.690**	**62.927**
(-) Despesas fixas operacionais	(4.261)	(4.344)	(8.374)
(-) Depreciações e amortizações	(1.987)	(1.749)	(3.739)
Lucro Líquido antes das provisões e impostos	**27.835**	**29.597**	**50.814**
Lucratividade antes das provisões e impostos	*44,9%*	*47,1%*	*43,9%*
(+/-) (Perdas e Provisões) deduzido das reversões e recuperações	1.646	(12.081)	(466)
(-) Imposto de renda e contribuição social	(14.565)	(8.799)	(20.872)
Lucro líquido	**14.916**	**8.717**	**29.476**
Lucratividade líquida após as provisões e impostos	*24,1%*	*13,9%*	*25,5%*

A partir de julho de 2019 a CREDI-SHOP passou a calcular e contabilizar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD de acordo com os critérios previstos na Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

A partir de janeiro de 2020, a CREDI-SHOP adotou o procedimento inicial previsto no Art. 8º da Resolução nº 2.682/99, resultando na geração de lançamentos contábeis de recomposição/resgate das renegociações baixadas 100% como prejuízos, o saldo em 30/06/2021 era R$ 8.033, antes da autorização de funcionamento concedida pelo BACEN, as renegociações vencidas acima de 180 dias eram baixadas 100% como prejuízos, consequentemente, as contas a receber das renegociações eram também baixadas, desse modo as contas a receber foram recompostas e classificadas como de risco "HH" e estão devidamente escrituradas e controladas na respectiva conta de compensação.

A partir de junho de 2020 as operações de crédito a vencer com valores inferiores a R$ 50 (cinquenta mil reais) foram classificadas como risco "AA", tiveram seus valores provisionados com o mesmo percentual aplicado aos clientes de risco A, conforme determina o Art. 5º da Resolução nº 2.682/99.

Dias de Atraso	Níveis Riscos	Bacen %	Contas a Receber	Critério Bacen 30/06/2021	Contas a Receber	Critério Bacen 30/06/2020
A vencer	**AA**	**0,5%**	**371.774**	**1.861**	**297.626**	**1.490**
15 dias	A	0,5%	41.078	205	33.105	166
30 dias	B	1,0%	27.764	278	16.689	167
60 dias	C	3,0%	6.662	200	4.680	140
90 dias	D	10,0%	3.468	347	7.945	795
120 dias	E	30,0%	4.620	1.386	7.529	2.259
150 dias	F	50,0%	4.530	2.265	6.785	3.393
180 dias	G	70,0%	3.785	2.650	6.106	4.274
Acima 180	H	100,0%	2.360	2.360	2.777	2.777
Contas a receber			**466.041**	**11.552**	**383.242**	**15.461**
Acima 180	HH	100,0%	8.033	Art.6º Res. 2.682/99	9.765	
Contas a receber (Nota Explicativa 5)			**474.074**		**393.007**	
(-) Saldo inicial da provisão no início do semestre				(5.858)		(11.676)
Complemento da Provisão – PCLD no semestre				**5.694**		**3.785**

Além da constituição da provisão PCLD, a sociedade contabilizou no 1º semestre de 2021 **recuperações de perdas nos recebimentos de créditos** no valor de R$ 7.760, conforme critérios estabelecidos no Art. 9º, inciso II, letra a) da Lei nº 9.430/1996 alterado pela Lei nº 13.097/2015, art. 8º, § 7º, inciso II, letra a), que dispõe: poderão ser registrados como perda os créditos, sem garantia de valor, até R$ 15 (quinze mil reais) vencidos a mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Salários, encargos e serviços terceirizados

As despesas com salários e encargos, cursos e treinamentos e a prestação de serviços terceirizados no 1º semestre de 2021 aumentaram nominalmente em relação a receita total líquida em 4,5% pp (no 1º semestre de 2020 representava 34,8% da receita total líquida, aumentou para 39,3% no 1º semestre de 2021), as despesas com salários, encargos e terceirizados aumentaram R$ 2.443 enquanto a receita total líquida foi reduzida em - R$ 858 (-1,4%):

	1º sem/21	1º sem/20	2021/2020	
Receita total líquida = 100%	**61.893**	**62.751**	**(858)**	*Retração*
Redução das Receitas Líquidas				*- 1,4%*
Despesas com salários e encargos	17.174	16.477	697	*+ 4,2%*
(+) Cursos e treinamentos	99	115	(16)	*- 13,9%*
(+) Serviços prestados por terceiros	5.448	4.609	839	*+ 18,2%*
(+) Serviços técnicos e profissionais	1.596	673	923	*+ 137,1%*
Salários, encargos e terceirizados	**24.317**	**21.874**	**2.443**	*+ 11,2%*
% s/ o Total das Receitas Líquidas	39,3%	34,8%	4,5% pp	*Aumento*
Quantidade média de funcionários	634	694	- 8,6%	*Diminuição*

No final do ano de 2020, a empresa lançou a Campanha "Juntos pra Valer". Destinada ao público interno, contou com uma série de peças de comunicação que buscaram elevar o sentimento de pertencimento de seus colaboradores e realçar o compromisso de todos na superação dos grandes desafios impostos pela pandemia.

Como forma de destacar o senso coletivo de responsabilidade, de enfrentamento, e de dedicação de tempo com o trabalho, foi pago no 1º semestre de 2021 um bônus a todos os funcionários, a título de retribuição e reconhecimento, no valor global de R$ 644.

Iniciativas ESG

A Credi-Shop está comprometida com iniciativas ESG, que fazem parte da sua missão, cultura e valores, merecendo destaque as ações a seguir descritas, evidenciadas de acordo com os pilares correspondentes.

ENVIRONMENT (meio ambiente)

Ações voltadas ao compromisso ambiental, sustentabilidade e contenção de mudanças climáticas, com adoção de boas práticas para descarte de resíduos e reciclagem, uso consciente dos recursos naturais e jornada de transformação digital para diminuição do uso de papel.

SOCIAL (Social)

Ações voltadas ao respeito e valorização do ser humano, com adoção de práticas de valorização da diversidade; preocupação com as desigualdades; inclusão social de colaboradores e também de clientes por meio da concessão de crédito a um público desbancarizado; inclusão cultural de crianças e classes menos favorecidas; compromisso com os colaboradores, cuja satisfação tem sido reconhecida pela premiação do GPTW em nível regional e nacional, com programas de benefícios e campanhas específicas que promovem qualidade de vida e valorização do coletivo; auxílio psicológico e pecuniário prestado em momentos de dificuldades oriundas da pandemia; compromisso com a comunidade por meio de ação natalina em que parte de seu faturamento é revertido em doações à instituições filantrópicas; compromisso com os clientes com a concessão de tolerância para pagamento da fatura no período crítico da pandemia; e sustentabilidade econômica por meio do estímulo ao consumo de produtos e serviços de fornecedores e produtores de pequeno porte situados nas regiões em que está inserida.

GOVERNANCE (Governança)

Ações voltadas à adoção de boas práticas de governança com o objetivo de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da empresa, prezando pela qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum.
Nesse pilar, destacam-se iniciativas relacionadas à inovação e transformação; transparência e prestação de contas; criação de comitês específicos em áreas chaves com reporte à Diretoria; contratação de empresas de consultoria renomadas para tomadas de decisões relevantes; programas robustos de tecnologia e contínuo aprimoramento tecnológico; implantação de políticas e ações voltadas aos programas de privacidade e segurança de dados pessoais e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo; fortalecimento da cultura de conformidade e ações de engajamento voltadas à ética e integridade promovidas pela área de Compliance envolvendo todos os níveis hierárquicos da instituição; implantação de canal de denúncia independente para relatos de irregularidades ou desvios de conduta; contratação de auditoria renomada para as demonstrações financeiras; contratação de serviços de auditoria interna por meio de empresa especializada e com equipe de profissionais multidisciplinar; e contratação de serviços profissionais para gerenciamento de riscos e controles internos.

Melhorias contínuas

Continuamos com as melhorias em nossos sistemas de informações advindas da implantação do sistema de gestão SAP. Nossas Demonstrações Contábeis são apuradas pelo sistema SAP, o que tem ocasionado maior agilidade e maior segurança nos controles internos e nas informações contábeis e financeiras.

Persistimos em investir no capital humano, de modo a oferecer a melhor experiência a nosso pessoal, com engajamento e fortalecimento de nossos propósitos. Isto nos permitiu figurar, pela 6ª vez consecutiva, entre as Melhores Empresas para Trabalhar na lista do Piauí e passamos desde 2019 a integrar a lista das melhores empresas para trabalhar no plano nacional no segmento de serviços financeiros, concedido pela GPTW – Great Place To Work.

Aprimoramos as nossas interações com os clientes, compreendendo o seu comportamento nos mais diversos pontos de contato. Tanto é assim, que acrescentamos novas funcionalidades no APP Credishop, aplicativo que entrega informações aos usuários de forma intuitiva e simples.

No 2º semestre de 2020 entrou em funcionamento a Atendente Virtual – Inteligência Artificial/Chatbot, Ana, para dinamizar e simplificar os canais de acesso dos usuários do cartão Credishop com as informações atinentes ao mesmo. Essa estratégia de multicanalidade no atendimento tem visado uma melhor experiência do cliente, em especial, no momento em que os imperativos de distanciamento social se intensificam face a pandemia.

Para tanto, foi realizado ao longo do ano de 2020 investimento da ordem de R$ 345, tanto na implantação e manutenção da plataforma sistêmica, quanto no esforço de comunicação para lançamento da Atendente Virtual. No primeiro semestre de 2021 continua promovendo os aprimoramentos necessários ao bom desempenho e atualizações da aplicação.

Ainda no que diz respeito ao eixo tecnológico, a Companhia tem realizado constantes iniciativas, de forma a prover segurança, escala e estabilidade em seus serviços. No período, foram feitos investimentos em ecossistema de segurança da informação com seis ferramentas integradas; infraestrutura de hiperconvergência e hibridização em nuvem; API de pagamentos e revitalização do sistema integrado de gestão empresarial (ERP).

A Credi-Shop na sua jornada de adaptação digital ampliou seu relacionamento com a Gartner de modo a assessorá-la em toda arquitetura de aplicações voltadas para o seu público.

A CREDI-SHOP com o propósito de modernizar suas atividades, imobilizou no 1º semestre de 2021 recursos no valor de R$ 2.805 (R$ 634 no 1º semestre de 2020), distribuídos da seguinte maneira:

Aquisições de imobilizado de uso e intangível	**1º sem/21**	**1º sem/20**	**31/12/2020**
Equipamentos de POS			165
Máquinas e equipamentos de informática	517	290	248
Móveis e utensílios	66	8	42
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36		75
Licenças e direito de uso de softwares	2.186	336	1.908
Total das aquisições no ano	**2.805**	**634**	**2.438**

Governança Corporativa

A administração da CREDI-SHOP, de forma voluntária, está comprometida na adoção de boas práticas que estão acima das exigências, tanto na governança corporativa quanto nos direitos dos acionistas, cuidando da aplicação de condutas éticas e da implementação de novas práticas exigidas pelo Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e demais órgãos reguladores.

No 1º semestre de 2021 foram gastos R$ 1.505 (R$ 1.155 no ano de 2020), com as áreas de: gerenciamento de riscos, auditoria interna e auditoria das demonstrações financeiras, serviços de tecnologia da informação, advocacia especializada em normas regulatórias, consultoria especializada nas áreas de PLD/FT e LGPD, e suporte técnico do sistema SAP, conforme descrição abaixo:

Gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança:			1º sem/21	Ano de 2020
Áreas envolvidas	**Descrição dos serviços**	**Fornecedores**		
Gestão de Riscos	Identificação, mensuração e classificação de riscos operacionais: de crédito e liquidez	HDM Consultoria	126	247
Auditorias Independentes	Auditoria Interna	PP&C Auditores		
	Auditoria externa	PEPPE Associados	136	449
Assessoria Jurídica	Serviços de advocacia especializada em normas regulatórias do BACEN	JT DE CHIARA		139
PLDFT e Regulatório	Consultoria especializada em PLD/FT	MK Consultoria		14
		C3W Consultoria	157	
	Licenças de sistemas	Softon Sistemas Intel	67	
	Serviços de acompanhamento regulatório	UPLEXIS Tecnologia	43	48
		Mk Consultoria	30	
Sistema de Gestão Integrado	Suporte técnico do sistema de gestão SAP	SONDA Procwork	32	59
	Gestão Contábil e Financeira	MATERA Systems	111	
LGPD	Assessoria e Consultoria	BEIJAFLORE	211	
	Assessoria Jurídica	Prado & Vidigal	98	
Gestão do Capital Humano	Serviços tecnológicos especializados em capital humano: folha, treinamento e desenvolvimento, benefícios, avaliação de desempenho, medicina e segurança do trabalho – e jurídica	TOTVS S/A	108	199
		BAXTECH - TI	386	
Total dos gastos com implantação e aprimoramento das áreas de governança			**1.505**	**1.155**

Medidas sanitárias de prevenção ao combate da Covid-19

A Credishop implantou um Plano de Contenção (Segurança Sanitária) de prevenção ao combate da Covid-19, para tanto constituiu em 2020 e mantém até hoje um Comitê para o enfrentamento da pandemia.

Ao longo do ano de 2020 e durante o 1º semestre de 2021 imobilizou recursos humanos e financeiros para aplicação de teste, sanitização de ambientes, máscaras, luvas, protetores faciais, barreiras de acrílico, álcool em gel, comunicação interna e externa, sinalização, dentre outros, para o combate a Covid-19. Além das medidas descritas, vem sendo feito um criterioso e dedicado acompanhamento às pessoas acometidas pela doença (colaboradores e familiares), de modo a prover o apoio psicológico e material necessários.

No tocante à gestão das relações de trabalho, manteve no 1º semestre de 2021 a priorização e o isolamento dos grupos de riscos e preservou as modalidades de home-office e tele trabalho.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da **PEPPE ASSOCIADOS – Consultores & Auditores Independentes.**

A Política da CREDI-SHOP na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, para tanto adota os princípios internacionalmente aceitos, sendo: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Declaração da Diretoria

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, o Diretor de Controladoria declara que discutiu, reviu e concordou com o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras relativas e optou pela apresentação comparativa (Art. 24. § 4º da Circular 3.959/19 do BACEN) aos semestres encerrados em 30/06/2021 e 30/06/2020 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a seguir apresentadas.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional em 30/06/2021 era composta por 631 funcionários (666 em 30/06/2020), sendo: 43% com formação escolar até o segundo grau completo, 35% com curso superior incompleto, 16% com curso superior completo e 6% com pós-graduação/especialização.

Eventos subsequentes

Considerando a imprevisibilidade, duração e evolução da crise do Coronavírus (**Covid 19**), até a presente data, ainda não é praticável fazer uma conjectura do efeito econômico do surto da Covid-19 no curto, médio e longo prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto na economia e os possíveis impactos no setor, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto na medida da divulgação das ações governamentais para o enfretamento da atual situação emergencial, a experiência adquirida ao longo de 2020 e durante o 1º semestre de 2021 demonstra que quanto mais permanecemos no regime de isolamento intermitente os principais indicadores de desempenho econômico e financeiro permanecerão indefinidos.

A partir de 01/07/2021 a alíquota da contribuição social passará de 15% para 20% e voltará a ser de 15% a partir de 01/01/2022, por força da publicação da Medida Provisória nº 1.304, de 01/03/2021.

ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 30 DE JUNHO 2020 E 31/12/2020

(Valores expressos em R$ mil)

ATIVOS	Notas Explicativas	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
CIRCULANTE		588.678	491.939	629.598
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.825	155.141	167.550
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	5	441.787	360.184	466.185
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.552)	(25.224)	(5.858)
Créditos tributários		26	26	26
IRPJ e CSLL		*16*	*16*	*16*
Outros impostos		*10*	*10*	*10*
Outros valores e bens		656	742	768
Material em estoque		936	1.070	925
NÃO CIRCULANTE		15.721	15.454	15.093
Realizável a longo prazo		331	326	331
Depósitos judiciais		331	326	331
Imobilizado de uso	6 e 6.1	10.514	12.697	11.311
Intangível	6.2	4.876	2.431	3.451
TOTAL DO ATIVO		604.399	507.393	644.689

PASSIVOS	Notas Explicativas	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
CIRCULANTE		352.681	320.855	404.345
Obrigações por transações de pagamentos	3.2.1	*325.549*	*287.118*	*383.490*
Fornecedores		*2.414*	*1.687*	*1.256*
Salários a pagar		*584*	*586*	*569*
Obrigações tributárias	7	*10.096*	*8.542*	*9.582*
Provisão para contingências	8	*503*	*352*	*83*
Provisões e demais obrigações	9	*2.993*	*2.543*	*2.365*
Dividendos mínimos obrigatórios	11.3	*10.542*	*11.584*	*7.000*
Dividendos adicionais propostos			*28.483*	
NÃO CIRCULANTE		13.360	13.360	13.360
Exigível a longo prazo		13.360	13.360	13.360
Partes relacionadas - Cessão de Créditos Fiscais – PRT	10	*13.360*	*13.360*	*13.360*
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	238.358	173.178	226.984
Capital social realizado	11.1	*221.821*	*162.842*	*200.819*
Reserva legal	11.2	*5.909*	*4.125*	*5.163*
Dividendos adicionais propostos	11.3	*10.628*	*6.211*	*21.002*
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		604.399	507.393	644.689

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2021, 30/06/2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021

(Valores expressos em R$ mil)

	Notas Explicativas	1º SEM/21	1º SEM/20	EXERCÍCIO 2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	56.830	55.760	107.369
(-) Custo dos serviços prestados	14	(27.810)	(27.061)	(52.728)
LUCRO BRUTO		29.020	28.699	54.641
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(6.248)	(6.093)	(11.113)
Com vendas		(966)	(862)	(2.225)
Administrativas		(3.228)	(3.318)	(5.955)
Tributárias		(87)	(164)	(194)
Depreciação e amortização		(1.987)	(1.749)	(3.739)
(Perdas) Recuperação no recebimento de créditos		7.760	(8.296)	(6.553)
(Provisão) Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.694)	(3.785)	5.818
(Provisão) Reversão da provisão para contingências	9	(420)		269
LUCRO OPERACIONAL (ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO)		24.418	10.525	42.082
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO DE TRIBUTOS	16	5.063	6.991	8.286
Receitas Financeiras		8.225	10.515	15.222
Despesas Financeiras		(3.162)	(3.524)	(6.936)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		29.481	17.516	50.348
Imposto de renda e contribuição social – corrente	15	(14.565)	(8.799)	(20.872)
Imposto de renda da pessoa jurídica		(9.090)	(5.475)	(12.989)
Contribuição social sobre o lucro líquido		(5.475)	(3.324)	(7.883)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		14.916	8.717	29.476
Quantidade por lote de mil ações na data do balanço		59.641	48.913	59.641
Lucro líquido básico por ações atribuível aos acionistas – R$		0,2501	0,1782	0,4942

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2021, 30/06/2020 E EXERCÍCIO FINDO 31/12/2020

(Valores expressos em R$ mil)

	1º sem/21	1º sem/20	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCICIO	14.916	8.717	29.476
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	14.916	8.717	29.476

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2021, 30/06/2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 2020

Valores expressos em R$ mil	*Capital Social*	*Reserva Legal*	*Dividendos Adicionais*	*Lucros Acumulados*	*PATRIMÔNIO LÍQUIDO*
Saldos, 31 de dezembro de 2019	***162.842***	***3.689***	***28.483***	***-***	***195.014***
Proposta de destinação do lucro:					
Distribuição de dividendos adicionais			*(28.483)*		*(28.483)*
Lucro líquido do 1º semestre de 2020				*8.717*	*8.717*
Reserva legal		*436*		*(436)*	
Dividendos mínimos obrigatórios				*(2.070)*	*(2.070)*
Dividendos adicionais propostos			*6.211*	*(6.211)*	
Saldos, 30 de junho de 2020	***162.842***	***4.125***	***6.211***	***-***	***173.178***
Aumento de Capital – *deu-se por conversão de saldos de dividendos destinados em 2019*	*37.977*				*37.977*
Proposta de destinação do lucro:					
Lucro líquido do 2º semestre de 2020				*20.759*	*20.759*
Reserva legal		*1.038*		*(1.038)*	
Dividendos mínimos obrigatórios				*(4.930)*	*(4.930)*
Dividendos adicionais propostos			*14.791*	*(14.791)*	
Saldos, 31 de dezembro de 2020	***200.819***	***5.163***	***21.002***	***-***	***226.984***
Aumento de Capital – AGO 29/04/21	*21.002*		*(21.002)*		
Proposta de destinação do lucro:					
Lucro líquido do 1º semestre de 2021				*14.916*	*14.916*
Reserva legal		*746*		*(746)*	
Dividendos mínimos obrigatórios				*(3.542)*	*(3.542)*
Dividendos adicionais propostos			*10.628*	*(10.628)*	
Saldos em 30 de junho de 2021	***221.821***	***5.909***	***10.628***		***238.358***

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO – PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2021, 30/06/2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020 (*Valores expressos em R$ mil*)

	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(47.830)**	**(12.039)**	**(23.193)**
Recebimentos	**72.916**	**73.787**	**137.595**
Receitas operacionais	64.661	63.272	122.373
Juros e encargos	8.255	10.515	15.222
Pagamentos	**(120.746)**	**(85.826)**	**(160.788)**
Antecipações aos estabelecimentos comerciais	(63.968)	(33.895)	(59.433)
Fornecedores de bens e serviços	(12.620)	(14.737)	(24.448)
Salários e pró-labore	(13.180)	(12.175)	(25.345)
Tributos e encargos sociais	(25.901)	(19.495)	(41.298)
Despesas operacionais	(3.307)	(3.289)	(6.054)
Serviços bancários e depósitos judiciais	(1.770)	(2.235)	(4.210)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(2.880)**	**(634)**	**(2.438)**
Investimento no imobilizado	(694)	(298)	(530)
Investimento no intangível – aquisição de Software	(2.186)	(336)	(1.908)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**39.985**	**69.529**	**94.896**
Recebimentos	**39.985**	**69.529**	**94.896**
Recebimento das antecipações aos estabelecimentos comerciais	58.205	72.082	73.345
Antecipações de recebíveis dos usuários de cartões	10.844	8.421	11.284
Amortização/Complemento dos empréstimos, cláusula mandato R$ 29.064	(2.882)	1.332	31.946
Recursos aplicados nas antecipações aos estabelecimentos e capital de giro	(26.182)	(12.306)	(21.679)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA	**(10.725)**	**56.856**	**69.265**
Disponibilidades de caixa em 31/12/2019		98.285	98.285
Disponibilidades de caixa em 30/06/2020		155.141	
Disponibilidades de caixa em 31/12/2020	167.550		167.550
Disponibilidades de caixa em 30/06/2021	156.825		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AOS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2021, 30/06/2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **CREDI-SHOP S/A** – Instituição de Pagamento, exerce atividades de administração de cartões de crédito, com sede na Av. Frei Serafim, 2.648, Bairro Ilhotas, CEP 64.001-020, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

A Sociedade tem por objeto social: A emissão e a administração de instrumentos de pagamento pós-pagos (cartões de crédito), próprios ou de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartão de crédito, de financiamentos junto a instituições financeiras; a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito; a formação e utilização de cadastro, serviços de cobrança em nome e por conta de terceiros; a promoção de vendas, negócios e serviços de Consultoria técnica, administrativa e de viabilidade econômica, estipulação de contratos de seguros em favor dos usuários do cartão de crédito, bem como participação societária em outras sociedades, direta ou indiretamente.

Em 23/08/2018, o Banco Central **autorizou o Pedido para Funcionamento do Arranjo de Pagamento CREDI-SHOP, Pós-Pago, de Compra, Doméstico.**

Em 17/07/2019, conforme publicação no Diário Oficial da União, o BACEN aprovou a CREDI-SHOP a funcionar como Instituição de Pagamento – IP na modalidade de **Emissor de Instrumento de Pagamento Pós-Pago.**

Em função da aprovação do BACEN para CREDI-SHOP atuar como Instituição de Pagamento – IP a companhia passou a adotar os critérios, procedimentos e as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF em consonância com a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 que consolidou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras a serem observadas pelas Instituições de Pagamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração em 20 de agosto de 2.021, tendo sido preparadas de acordo com as **NBCs – Normas Brasileiras de Contabilidade**, observando as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, observado o disposto na Resolução BCB nº 02, de 12 de agosto de 2020, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e de acordo com os novos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Banco Central em vigor, conforme Resolução BCB nº 02, de 12 de agosto de 2020:

- Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo CPC em 30/09/2010;
- Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo CPC em 30/09/2020;
- Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pelo CPC em 17/07/2009;
- Pronunciamento Técnico CPC – 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e
- Pronunciamento Técnico CPC – 41 – Resultado por Ação, aprovado pelo CPC em 08/07/2010.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado nas notas explicativas seguintes. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional de apresentação das demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores convertidos para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa - disponibilidades

As disponibilidades de caixa são avaliadas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.2 Valores a receber relativos a transações de pagamentos

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos usuários dos cartões de crédito, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PCLD. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Especificamente quanto às contas a receber de usuários e a pagar aos estabelecimentos comerciais, podem ser assim resumidas:

As contas a receber proveniente dos usuários do cartão CREDI-SHOP são contabilizados e reconhecidos de acordo com Plano de Contas – COSIF, na medida que as compras são efetuadas nos estabelecimentos comerciais, nesse ato debita-se a conta COSIF 1.8.8.79.00-3 – Valores a receber relativos a transações de pagamento e credita-se a conta COSIF: 4.4.1.60.00-9 – Transações de pagamento.

Se, na data do vencimento da fatura não ocorrer sua liquidação a CREDI-SHOP de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado, obtém junto as instituições financeiras o financiamento necessário para suprir a falta do pagamento e liquidar os compromissos assumidos com os estabelecimentos comerciais, ocasião em que debita a conta COSIF 1.8.8.80.20-5 – Títulos de Créditos a Receber – Sem Característica de Concessão de Crédito e credita-se a conta COSIF 1.8.8.79.00-3 – Valores a receber relativos a transações de pagamento.

Simultaneamente, procede-se o lançamento contábil dos empréstimos por conta e ordem dos usuários de acordo com a cláusula mandato expressa no contrato do associado numa conta redutora denominada 1.8.9.99.20-6 – Conta Garantida – Sem Característica de Concessão de Crédito (adequação ao COSIF), evidenciando que esses empréstimos serão liquidados pelos usuários dessas contas garantidas junto as instituições financeiras, os saldos dessa conta em 30/06/2021 era R$ 29.084; em 30/06/2020 era R$ 35.793 e 31/12/2020 era R$ 17.706 (Vide Nota Explicativa nº 5).

3.2.1 Obrigações por transações de pagamentos

As contas a pagar aos estabelecimentos comerciais são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização quando aplicável. Os pagamentos ocorrem após trinta e dois dias da data da compra, no caso de parcelamento as parcelas são pagas a cada trinta e dois dias, também a partir da data da compra. O estabelecimento comercial poderá solicitar uma antecipação desses pagamentos à CREDI-SHOP, que dispondo de recursos financeiros antecipará os valores solicitados de acordo com a taxa de desconto contratada até o limite de 2 (duas) vezes a taxa SELIC.

3.2.2 Provisão para valores a receber relativos a transação de pagamentos

As provisões para perdas estimadas com devedores duvidosos – PCLD são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela legislação fiscal, juntamente com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, as quais leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco e os percentuais esperados de perda. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base na Resolução 2.682/1999.

3.3 Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável.

3.4 Imobilizado de uso

Os ativos imobilizados de uso são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 6. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável, os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 6, de 12 de agosto de 2020.

3.5. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Sociedade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas, os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível adotados pela CREDI-SHOP estão de acordo com a Resolução BCB nº 7, de 12 de agosto de 2020.

3.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes reconhecem os rendimentos *"pro-rata temporis"*, quando aplicável, e são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro- rata temporis"*).

3.8 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Administradora possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas adotadas pela CREDI-SHOP estão de acordo coma Resolução nº 9, de 12 de agosto de 2020.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R$ 60, por trimestre, e 15% de contribuição social no período de 01/01/2019 até 30/06/2021, a partir de 01/07/2021 passará a ser de 20%, em cumprimento ao estabelecido na Medida Provisória nº 1.034 de 01/03/2021.

Não existem estoques de prejuízos fiscais ou adições ou exclusões temporárias que determinassem o cálculo e registro de eventuais créditos tributários.

3.11 Benefícios a empregados

A Sociedade oferece aos seus funcionários benefícios como: plano de saúde, assistência odontológica, bolsa auxílio estágio, seguro de vida, cursos e treinamentos, vale-transporte e vale-refeição, aconselhamento psicológico e jurídico, programa corporativo de academia e atividades esportivas, auxílio na aquisição de enxoval para bebês dos colaboradores, acompanhamento de fonoaudiólogo e ginástica laboral. Esses custos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.12 Destinação do resultado

A Reserva Legal e constituída na forma da Lei, sendo 5% do Lucro Líquido, após sua constituição, é calculado o dividendo mínimo obrigatório, em 25% do Lucro Líquido remanescente, sendo registrado como passivo circulante na rubrica "Dividendo mínimo obrigatório", por ser considerada como uma obrigação estatutária.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório é registrada na rubrica "Dividendos Adicionais Propostos", no patrimônio líquido.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, conforme alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 8º da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. As receitas decorrentes de captura das transações com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados para estabelecimentos credenciados comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação dos serviços. A receita com repasse antecipado aos estabelecimentos credenciados é reconhecida "*pro-rata temporis*" considerando os seus prazos de vencimento.

3.14 Redução do valor recuperável dos ativos

Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

3.15 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas. A Credi-shop não incorpora juros nas operações de vendas parceladas feitas pelos estabelecimentos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - DISPONIBILIDADES

	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Caixa	526	1.359	479
Banco conta movimento	7.174	5.258	4.516
Aplicações financeiras	149.125	148.524	162.555
	156.825	**155.141**	**167.550**

5. VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTOS

	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Usuários dos cartões de crédito	474.074	393.007	495.295
Cobranças efetuadas por terceiros	4.810	2.970	2.837
Conta garantida – usuários de cartões de crédito – Safra	(7.034)	(20.176)	(17.706)
Conta garantida – usuários de cartões de crédito - Santander	(22.030)	(15.617)	
Renegociações de créditos baixados - Art.8º da Res. 2.682/99	(8.033)		(14.241)
	441.787	**360.184**	**466.185**

6. IMOBILIZADO DE USO

	Depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/21	31/12/20
Terrenos	-	2.253		2.253	2.253
Edificações	4	5.646	(1.758)	3.888	4.001
Veículos	20	493	(299)	194	240
Máquinas e equips.	20	19.673	(18.118)	1.555	2.132
Comput. e periféricos	20	19.278	(17.170)	2.108	2.193
Móveis e utensílios	10	1.926	(1.570)	356	342
Benfeitorias em imóveis	-	3.712	(3.552)	160	150
Imobilizado de uso		**52.981**	**(42.467)**	**10.514**	**11.311**

6.1 Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2020	Adições	30/06/2021
Terrenos e Edificações	7.899		7.899
Veículos	493		493
Máquinas e equipamentos	19.578	95	19.673
Computadores e periféricos	18.856	422	19.278
Móveis e utensílios	1.860	66	1.926
Benfeitorias em imóveis	3.677	36	3.713
	52.363	**619**	**52.982**
Depreciação (deduzido PIS e Cofins)	(41.052)	(1.416)	(42.468)
Imobilizado de uso líquido da depreciação	**11.311**	**(797)**	**10.514**

6.1.1 Aquisições do ativo imobilizado de uso: máquinas e equipamentos de informática

No 1º semestre de 2021 foi imobilizado o valor de R$ 517 (R$ 413 no ano de 2020) em máquinas e equipamentos de informática, conforme descrição abaixo:

Descrição das máquinas e equipamentos de informática adquiridas		30/06/2021	31/12/2020
1.000/2.000	Pos VX685os	80	165
4/32	Desktop	16	118
4/5	Notebook	19	28
3	Servidores Lenovo Nutanix Appliance HX5520	319	
6	Discos 1,92 T 2.5 em 2021 e Impressoras e memórias Kingston	67	16
17	Celulares Sansung Galaxi em 2021 e Catracas de acesso	16	61
	Central de ar, 1 phone 11 128 GB, computadores e monitores		25
Total das aquisições de máquinas e equipamentos de informática		**517**	**413**

6.2 Movimentação do ativo intangível

No 1º semestre de 2021 foi investido R$ 2.186 (R$ 1.908 no ano de 2020) em ativo intangível, resultante de direitos contratuais de uso e licenças programadas de softwares, ativos não monetários identificáveis, sem substância física, preenche todos os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil previsto na Resolução BCB nº 7 de 12 de Agosto de 2020, abaixo descritos:

	Custo de aquisição dos Softwares			Amortizações Acumuladas (*)		Saldos em
Movimentação	**31/12/2020**	**Adições (**)**	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**1º sem/21**	**30/06/2021**
Marcas e patentes	6		6			6
Softwares	11.005	2.186	13.191			13.191
(-) Amortizações	(7.560)			(7.560)	(761)	(8.321)
Intangível líquido	**3.451**	**2.186**	**13.197**	**(7.560)**	**(761)**	**4.876**

(*) Amortizações do ativo intangível com vida útil definida e reconhecida, mensalmente, em contrapartida à conta específica de despesa operacional denominada de amortizações.

(**) Descrição dos direitos contratuais de uso e licenças de programas de softwares		30/06//2021
Descrição das Licenças e Direitos Contratuais	**Fornecedor**	
Licença Software – PN: 750 PCTO/WW-Nutanix Core	INGRAM Micro Brasil Ltda	611
Licença AAA-30380 Win Server Datcr Core 2 SLSA	SOFTLINE Intrernacional Brasil	104
Licença Software Updates	ORACLE Soluções Digitais Ltda	319
Licença GITLAB Edition Subscriptio	IGCORPORATE Soluções Dig	22
Licença Executive Programs LeaderShip Team Plus	GARTNER do Brasil Seriços Pes	1.130
Total das aquisições do ativo intangível adquiridos no 1º semestre de 2021		**2.186**
Total das aquisições do ativo intangível adquiridos no 1º semestre de 2020		**336**

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	4.462	1.588	4.372
CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	2.881	1.262	2.883
ISSQN	321	302	379
Pis e Cofins	1.068	3.427	890
INSS e FGTS	932	1.735	724
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	432	228	334
	10.096	**8.542**	**9.582**

8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PERDAS PROVÁVEIS

	30/06/2020	30/06/2021	Provisões	Reversões	31/12/2020
Código de defesa do consumidor	267	436	428		8
Ações trabalhistas	85	67		(8)	75
	352	503	428	(8)	83

9. PROVISÕES E DEMAIS OBRIGAÇÕES

	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Provisão de férias e 13º salário	2.812	2.434	2.146
Contas a pagar	181	109	219
	2.993	2.543	2.365

10. Programa de Regularização Tributária – PRT (Liquidação do parcelamento espontâneo da CSLL), pago mediante a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais) da Controladora SOCIC:

O valor de R$ 13.360 refere-se a utilização de créditos de prejuízos fiscais cedido pela controladora SOCIC S/A, na forma prevista no Programa de Regularização Tributária – PRT instituída pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1687, de 3 de janeiro de 2017, mediante a opção prevista no incisos I, da IN RFB nº 1687/17, a liquidação do parcelamento está condicionada a homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB, conforme composição abaixo:

Valor do parcelamento consolidado em 14/02/2017	**16.700**
20% pago à vista no dia 14/02/2017	(3.340)
80% pago com a cessão de créditos fiscais da controladora, liquidação condicionada a homologação pela RFB	**13.360**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social

O capital social em 30 de junho de 2021 está representado por 59.641.405 ações, sendo: 52.395.588 ações ordinárias e 7.245.817 ações preferenciais, (as ações em 30 de junho de 2020 eram: 48.913.330, sendo: 42.970.864 ações ordinárias e 5.942.466 ações preferenciais), todas ações são nominativas, sem valor nominal e de uma só classe, estão totalmente subscritas e integralizadas, com a seguinte composição:

	Quantidades de Ações		Total das		Capital Social – R$	
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	ações	%	30/06/2021	30/06/2020
SOCIC S/A	47.611.951	5.923.529	53.535.480	89,76	199.109	146.188
Colonial Ltda.	2.765.127	764.066	3.529.193	5,92	13.129	9.639
Virginia de M. C. Milani	1.714.199	474.001	2.188.200	3,67	8.140	5.976
Valdecy Claudino	304.311	84.221	388.532	0,65	1.443	1.059
Totais	**52.395.588**	**7.245.817**	**59.641.405**	**100%**	**221.821**	**162.842**

11.2 Reserva de lucros – legal

Está representada pelo montante constituído com base na multiplicação do Lucro Líquido do Exercício pelo percentual de 5%. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O Saldo da reserva em 30 de junho de 2021 é de R$ 5.909 (R$ 4.125 em 30/06/2020 e R$ 5.163 em 31/12/2020).

11.3 Dividendos propostos (obrigatórios e adicionais)

Do Lucro Líquido dos semestres/exercício, após a dedução da reserva legal, foram destinados os dividendos mínimos obrigatórios na ordem de 25%. Após essas destinações, o saldo remanescente de Lucro Líquido apurado no 1º semestre findo em 30/06/2021 no valor de R$ 10.628 está sendo proposto como dividendos adicionais e será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no período findo em 30/06/2020 no valor de R$ 6.211 foi mantido na conta de dividendo adicional e conjuntamente com o saldo apurado da conta dividendo adicional apurados no 2º semestre de 2020 no valor de R$ 14.791 totalizando R$ 21.002 foram incorporados como aumento de capital conforme Atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29/04/2021 levada a registro na JUCEPI em 15/06/2021, protocolo: 210374470 de 29/05/2021.

A sociedade poderá levantar Balanços Intercalares semestrais, por deliberação da própria diretoria ou por provocação dos acionistas, permitindo a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários com base no próprio lucro do período ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Os dividendos foram calculados conforme abaixo demonstrado:

Distribuição de dividendos	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Lucro líquido do semestre/exercício	14.916	8.717	29.476
(-) Reserva legal = 5%	(746)	(436)	(1.474)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	14.170	8.281	28.002
(-) Dividendos mínimos obrigatórios = 25%	(3.542)	(2.070)	(7.000)
Dividendos Adicionais Propostos a serem deliberados na AGO/E	10.628	6.211	21.002

12. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em suas atividades habituais e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas.

Apresentamos abaixo os saldos em 30/06/2021, 30/06/2020 e 31/12/2020 das transações entre partes relacionadas:

Transações entre partes relacionadas	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020
Contas a receber da SOCIC – Soc. Com. Irmãs Claudino*	331	432	107
Contas a receber do LOUVRE Magazine Comércio Ltda			33
Despesas operacionais – Comissões da SOCIC-cobrança	2	27	36
Receitas Operacionais – Comissão de Administração – SOCIC	1	70	36

Os saldos a receber da controladora SOCIC S/A em 30/06/2021, 30/06/2020 e 31/12/2020 são decorrentes do contrato de credenciamento para recebimento de pagamentos de boletos bancários do cartão CREDI-SHOP celebrado com a SOCIC S/A, por causa do feriado no final de cada ano esses recebimentos são repassados para o CREDI-SHOP no primeiro dia útil do ano subsequente ao encerramento de cada semestre/exercício social.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	1º sem/21	1º sem/20	Ano de 2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**64.661**	**63.271**	**122.373**
Comissões de estabelecimentos comerciais	29.184	25.222	58.408
Aval, garantia e gestão administrativa	22.162	27.090	43.204
Aluguéis de POS	5.550	3.019	5.481
Seguro massificado	7.765	7.940	15.280
(-) Impostos incidentes sobre serviços faturados	**(7.831)**	**(7.511)**	**(15.004)**
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**56.830**	**55.760**	**107.369**

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	1º sem/21		1º sem/20		Ano de 2020	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**56.830**	**100%**	**55.760**	**100%**	**107.369**	**100%**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**27.810**	**49%**	**27.061**	**48%**	**52.728**	**49%**
Salários e encargos sociais	17.273	30%	16.592	30%	33.169	31%
Correios	1.760	3%	2.607	5%	4.205	4%
Telecomunicações	1.695	3%	2.377	4%	4.326	4%
Serviços prestados por terceiros	5.448	10%	4.609	7%	9.433	9%
Serviços técnicos profissionais	1.596	3%	673	2%	1.515	1%
Demais custos	38		203		80	
DESPESAS OPERACIONAIS	**4.261**	**7%**	**4.344**	**8%**	**8.374**	**8%**
Administrativas	3.228	6%	3.318	6%	5.955	6%
Com vendas	966	1%	862	2%	2.225	2%
Tributárias	67		164		194	
TOTAL DOS CUSTOS E DESPESAS	**32.071**	**56%**	**31.405**	**56%**	**61.102**	**57%**

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º sem/21	1º sem/20	Ano de 2020
Resultado do exercício antes dos tributos	29.481	17.516	50.348
Adições e (exclusões) definitivas e temporárias	7.019	4.646	2.202
Base de cálculo	**36.500**	**22.162**	**52.550**
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.565	8.799	20.872
Taxa efetiva	39,9%	39,7%	39,7%

16. RESULTADO FINANCEIRO

Apresentamos a seguir o resultado financeiro líquido da Sociedade:

	1º sem/21	1º sem/20	Ano de 2020
Descontos financeiros obtidos	50		6
Rendas de antecipações	1.752	2.218	3.423
Multa recebida de usuários de cartão de crédito	4.414	5.907	7.671
Juros recebidos de usuários de cartões de crédito	930	1.284	1.855
Rendimentos de aplicações financeiras	1.480	1.618	3.009
(-) Tributos (PIS e COFINS)	(401)	(512)	(742)
Total das receitas financeiras	**8.225**	**10.515**	**15.222**
(-) Taxas de recebimentos de estabelecimentos credenciados	(1.390)	(1.289)	(2.651)
(-) Tarifas bancárias	(1.770)	(2.218)	(4.211)
(-) Juros sobre empréstimos		(12)	(29)
(-) Juros de mora	(2)	(5)	(45)
Total das despesas financeiras	**(3.162)**	**(3.524)**	**(6.936)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**5.063**	**6.991**	**8.286**

17. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Contingências classificadas como perdas possíveis

Adicionalmente, informamos que a Sociedade possui ações tributárias, trabalhistas, cíveis e com o consumidor em 30/06/2021 no valor de R$ 6.987 e 31/12/2020 no valor de R$ 7.252, essas ações ajuizadas ou em fase de judicialização envolvem riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não foram constituídas provisões, sendo sua composição:

Processos em discussão judicial e avaliadas como perdas possíveis			
Natureza	**Composição dos Processos – valores originais**	**30/06/21**	**31/12/20**
ISSQN	Impugnação de cobrança indevida do ISSQN sobre a locação de POS e sobre a concessão de aval e garantias aos usuários de cartões;	1.828	1.744
PIS/COFINS	Impugnação da glosa decorrente do aproveitamento de créditos de insumos relacionados as atividades fins da administração de cartões;	4.134	4.654
IRPJ	Interposições de Recursos Administrativos decorrentes de Manifestações de Inconformidades decorrentes de aproveitamento de créditos tributários	904	714
	Provisões para riscos cíveis;	51	56
	Provisões para riscos com o consumidor;	70	84
Total das perdas avaliadas como possíveis em discussão judicial		**6.987**	**7.252**

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Sociedade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Sociedade.

Estrutura do gerenciamento de risco

As Políticas de Gerenciamento de Risco, em processos, adotadas pela Sociedade, são estabelecidas para identificar e analisar os tais riscos e para definir os limites e controles de riscos apropriados, monitorando aderência aos limites. As políticas e os Sistemas de Gerenciamento são revisados frequentemente para serem adequados às mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A administração entende que o risco é reduzido.

Risco de crédito

O risco é mitigado devido as políticas conservadoras adotadas pela Sociedade na gestão de crédito rotativo *concedido aos portadores de cartão.*

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos: pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade.

Um dos objetivos da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída ao comitê de riscos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Sociedade para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade possui instrumentos financeiros não-derivativos como contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores e outras dívidas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Sociedade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros ou com o objetivo de especulação.

Caixa e equivalentes de caixa: são classificados como mantidos até seu vencimento. São avaliados pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Contas a receber e estabelecimentos credenciados: decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Financiamentos e Empréstimos: quando aplicáveis, são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro rata temporis*"), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

A Sociedade, em 30/06/2021, 30/06/2020 e 31/12/2020 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo lançados em lucros e perdas.

Os ativos financeiros, quando ocorrer a desvalorização/valorização, são reconhecidos por indicadores de *impairment* na data do balanço. São considerados deteriorados/valorizados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

20. ADVOGADOS

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões tributárias, consumeristas e trabalhistas.

Com base nas informações de sua assessoria jurídica, nas análises das demandas pendentes e em experiências anteriores, constituiu provisões consideradas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros, classificadas e contabilizadas no exercício corrente conforme *Notas Explicativas nº 8. (Perdas Prováveis) 17. (Perdas Possíveis).*

21. SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a sociedade é prestadora de serviços; logo, não possui grande dependência de ativos tangíveis.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Diretora Presidente	Virgínia de Medeiros Claudino Milani
Diretor Vice-Presidente	Valdecy Claudino
Diretor Superintendente	Luís Aécio Germano Magalhães
Diretor Administrativo	Ismael Francisco de Andrade Vilela dos Santos
Diretora de Marketing	Vera Lúcia de Medeiros Claudino Mello
Diretor de Controladoria	José Messias Teodoro
Diretora de Compliance e Ouvidoria	Josenice Vieira dos Reis

São Paulo (SP), 20 de agosto de 2.021

José Messias Teodoro
Contador
CRC1 SP 139.630/O-0

PEPPE
ASSOCIADOS
Consultores & Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CREDI-SHOP S/A – Instituição de Pagamento.
Teresina – PI

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Credi-Shop S/A - Instituição de Pagamento**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Credi-Shop S/A - Instituição de Pagamento** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis***". Somos independentes em relação à **Credi-Shop S/A - Instituição de Pagamento**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações de 30 de junho e de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis da **CREDI-SHOP** apresentadas comparativamente em 30 de junho de 2020 e demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 compreendendo os períodos de 1° de Janeiro a 30 de junho e 31 de dezembro, também foram por nós auditadas e os relatórios emitidos respectivamente em 22 de setembro de 2020 e 11 de março de 2021, não contiveram ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **CREDI-SHOP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CREDI-SHOP**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CREDI-SHOP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CREDI-SHOP** a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de Agosto de 2021.

PEPPE ASSOCIADOS
Consultores & Auditores Independentes
CRC-SP nº. 2SP021055/O-1

Paulo Cesar Raimundo Peppe
Contador CRC- SP nº1SP095009/O-5